

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE– UNI-RN
CURSO DE BACHARELADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JULIO SANTOS DA SILVA

INCLUSÃO DIGITAL: SITUAÇÃO DOS TELECENTROS

NATAL/RN

2012

JULIO SANTOS DA SILVA

Inclusão Digital: Situação dos Telecentros

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Sistemas de Informação do Centro Universitário do Rio
Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Sistemas de Informação

Orientador:

Prof. Ytalo Rosendo do Amaral

NATAL/RN

2012

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Silva, Julio Santos da.

Inclusão digital: situação dos telecentros / Julio Santos da Silva. – Natal,
2012.

31f.

Orientador: Prof. Ytalo Rosendo do Amaral
Monografia (Graduação em Sistemas de Informação) – Centro
Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Informática - Monografia. 2. Inclusão Digital - Monografia. 3. Excluídos
Digitais - Monografia. 4. Sociedade da Informação - Monografia. I. Rocha,
Aluizio Ferreira da. II. Título.

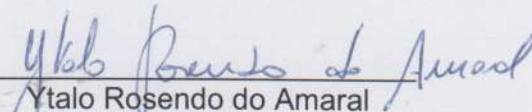
RN/UNI-RN/BC

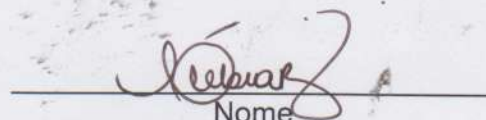
CDU 004

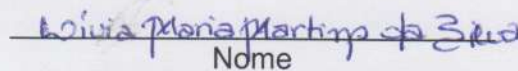
JULIO SANTOS DA SILVA

INCLUSÃO DIGITAL: SITUAÇÃO DOS TELECENTROS

Monografia apresentada e aprovada em ____ de ____ de ____,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:


Ytalo Rosendo do Amaral
Orientador


Nome
Cristiane Clébia Barbosa


Nome
Livia Maria Martins da Silva

Natal, ____ de ____ de ____.

Aos meus pais dedico este trabalho, como resultado de meu esforço e também do apoio que deles recebi em todos os projetos de minha vida.

A minha esposa, Laíze, pela sua paciência e presença constante.

Ao meu querido e amado filho Julio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus que me deu forças para lutar por esse sonho, a minha família que tanto me apoiou nesse período, aos professores que me passaram os conhecimentos necessários para que eu pudesse alcançar esse sucesso, e aos colegas de turma que trilharam e acompanharam comigo este desafio.

RESUMO

Com o surgimento da Sociedade da Informação faz-se necessário mais que nunca em nossos tempos voltar as devidas atenções as questões relacionadas a Inclusão Social por meio da Inclusão Digital. Um conjunto de transformações significativas ocorreram nos diferentes segmentos da sociedade, provenientes da disseminação e ampliação do uso de tecnologias e redes de informação e comunicação, abordando assim aspectos sociais do acesso ao conhecimento na sociedade contemporânea – a chamada Sociedade da Informação. Com isso, organizações e governos no mundo inteiro iniciaram políticas de inclusão digital, visando à inserção daqueles que não têm oportunidade de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, os denominados excluídos digitais.

Palavras chaves: inclusão digital, excluídos digitais, sociedade da informação.

ABSTRACT

With the emergence of the information society it is necessary more than ever in our times back proper treatment issues Social Inclusion through the Digital Inclusion. A number of significant changes occurred in the different segments of society, from spreading and expanding the use of technology and information and communication networks, thereby addressing social aspects of access to knowledge in contemporary society - the so-called Information Society. Thus, organizations and governments worldwide started digital inclusion policies, aimed at inclusion of those who have no opportunity to access new technologies of information and communication, called the digitally excluded.

Keywords: digital inclusion, deleted digital information society.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Lista de ações e programas de inclusão digital.....	16
IMAGEM 2 - Logo TelecentroBR.....	22
IMAGEM 3 - Logotipo Telecentro Comunitário.....	22

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Programas de Inclusão de Iniciativas do Governo.....	18
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T	Ciência e Tecnologia
CCM	Centros Comunitários de Multimídia
CCT	Centros Comunitários de Tecnologia
CTSC	<i>Community Teleservice Center</i> (Centros de Teleserviços Comunitários)
CVT	Centros Vocacionais Tecnológicos
GESAC	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
OID	Oficina para Inclusão Digital
ONG	Organização não Governamental
SECIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TMC	Telecentros Multifuncionais da Comunidade
ITIC	Índice de Telefonia, Internet e Celular
FGV	Fundação Getúlio Vargas
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
PSID	Programa Serpro de Inclusão Digital

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo Geral	12
1.1.2	Objetivos Específicos	12
1.2	JUSTIFICATIVA	12
2	REFEFENCIAL TEÓRICO	13
2.1	INCLUSÃO SOCIAL.....	13
2.2	INCLUSÃO DIGITAL	14
2.3	INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL E PROGRAMAS DO GOVERNO	16
2.4	TELECENTRO	20
2.5	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TELECENTRO NO BRASIL	20
2.6	PREMISSAS DO PROJETO DOS TELECENTROS:	22
2.7	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NOS TELECENTROS	22
2.8	NÚMEROS ATUAIS DOS TELECENTROS	23
3	METODOLOGIA.....	25
4	DESENVOLVIMENTO.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	28
	ANEXO	30

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre como a sociedade e suas autoridades têm se portado frente à necessidade atual que tem de incluir-se digitalmente e o desafio frente à exclusão social vivida por ela.

Atualmente saber ler e escrever não é o suficiente para ter acesso ao conhecimento, a serviços e ao mercado de trabalho. Agora, além de dominar a escrita, a leitura e cálculos básicos, é preciso saber usar o computador e a internet. Ou seja, dominar as novas tecnologias. Sem esse conhecimento, o indivíduo será excluído das oportunidades de inserção produtiva na sociedade. Observa-se que Inclusão digital e Inclusão social são processos intimamente ligados, pois dependem entre si para acontecer, é certo que o indivíduo excluído socialmente também o será na esfera digital, tornando-o ainda mais distante de inserir-se.

Neste estudo procura-se abordar o que tem sido feito para diminuir as distâncias, o que tem sido oferecido a este cidadão, quais fenômenos tem sido observados a partir desta necessidade e ações concretas em vista do conhecimento que se espera.

O objeto deste estudo foram as iniciativas do governo, focado de um modo especial e mais abrangente nos Telecentros, que busca garantir o acesso aos equipamentos e linguagens necessários para romper os limites da inclusão digital, através das tecnologias de informação e comunicação. Os Telecentros vem cumprir ação junto à sociedade. Daí, nossos questionamentos acerca de seu verdadeiro papel social.

O que se propôs a compreender refere-se a analisar, em que medida os Telecentros têm cumprido o seu papel de inserção digital, e se de fato tem ocorrido a inclusão digital, objetivando ampliar as perspectivas de mudança e melhoria de vida dos indivíduos.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Este trabalho procura pontuar as questões principais que têm norteado as ações sobre Inclusão Social e Inclusão Digital no país, até chegar à ênfase do desenvolvimento social do cidadão.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar a inclusão social via a inclusão digital com foco nos programas de iniciativa governamental;
- Realizar uma análise, predominantemente nos programas chamados Telecentros;
- Mostrar a prática inclusiva realizada nesses espaços de inclusão digital.

1.2 JUSTIFICATIVA

Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania.

A inclusão digital é uma iniciativa fundamental para incrementar a educação de crianças, jovens e adultos da população brasileira, norteado pelo esclarecimento da realidade vivida hoje e pela necessidade de saber como está funcionando a relação inclusão digital e inclusão social.

O trabalho justifica-se pela promoção no âmbito governamental, em especial nos Telecentros que tem a missão de promover o acesso à informação. Por este motivo percebe-se ser de fundamental importância tais características do assunto abordado para o desenvolvimento da cidadania.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura se fundamentou em três eixos principais: o primeiro é a compreensão sobre Inclusão Social, Inclusão Digital, o segundo apresenta um breve relato sobre a história e conceito de telecentros e as iniciativas e programas do governo, e a última parte retratam os pontos relevantes nos programas telecentros frente ao binômio exclusão/inclusão. A argumentação da relação dos telecentros é baseada na literatura científica e em dados relevantes divulgados em sites do governo e instituições responsáveis por manter e criar iniciativas para promover a inclusão digital.

2.1 INCLUSÃO SOCIAL

Separando as duas palavras do termo, o minidicionário Aurélio, ed. 1993, nos diz:

Incluso: adj. incluído, compreendido. (pag.299)

Social: adj. 1. da sociedade, ou relativo a ela. 2. sociável(2). 3. bras. nas moradas, diz-se de via de acesso que leva à porta da frente, à entrada. (pag. 509)

Em um projeto de lei no ano de 2007 para o dia da inclusão social o Senador Antonio Carlos Valadares, PSB/SE, cita o pesquisador Romeu Kasumi Sasaki, onde este conceitua inclusão social como:

"o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos". (Sasaki, 1997, p. 3).

Em resumo, trata-se de oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos.

No contexto de um país como o Brasil, onde as diferenças sociais entre ricos e pobres são alarmantes, a questão da Inclusão Social acaba sendo um conceito de extrema importância para a abordagem dos aspectos relacionados ao conhecimento e sua propagação entre a população, já que a maioria dos brasileiros vive em

condições sociais críticas (de acesso à moradia, emprego, saúde...). O que torna ainda mais importante o debate sobre o acesso da população as ferramentas tecnológicas.

A competitividade do mundo atual exige cada dia mais, a constante capacitação da sociedade.

2.2 INCLUSÃO DIGITAL

No minidicionário Aurélio na página (186), a palavra *digital* quer dizer: adj. 1. dos, ou pertencente ou relativo aos dedos. 2. relativo a dígito. 3. inform. que tem visor numérico. 4. que só pode assumir valores pré-determinados.

Maciel *apud* Leal e Brant (2012), entende por inclusão digital os fatores que visam possibilitar o crescente e livre acesso às TICs, ao mundo informatizado, em especial às populações carentes, que, isoladamente, não têm condições de adquirir tecnologias da informação e da comunicação. A inclusão digital pressupõe a inclusão social, ou seja, questões como a alfabetização digital, o acesso aos bens simbólicos, à informação e conhecimento, e a criação de condições de sustento do cidadão, devem ser pensadas, de forma a promover o desenvolvimento humano, garantir as liberdades sociais e gerar conhecimento.

Para Fontinate(2000) ao escrever um artigo sobre o assunto para o site planetaeducacao:

Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida. Para acontecer, a inclusão digital precisa de três instrumentos básicos, os quais são: computador, acesso à rede e ao domínio dessas ferramentas, pois não basta apenas o cidadão possuir um simples computador conectado à internet que iremos considerá-lo incluído digitalmente. Ele precisa saber o que fazer com essas ferramentas. Enfim, significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com a ajuda da tecnologia.

Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas ensinar o bê-á-bá da informática ao indivíduo, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. (Fontinate, 2000).

Como fazer isso? Não apenas ensinando, mas mostrando como ele pode melhorar sua vida com a ajuda da tecnologia. A inclusão digital consiste em saber utilizar um editor de texto ou uma planilha eletrônica de maneira que ela lhe seja útil, ou ainda, saber usar a internet para aprender, ler, pesquisar, saber o que é e para que servem ferramentas básicas web. (Fontinate, 2000).

A inclusão digital é tratada na literatura, não equivocadamente, como fenômeno que pressupõe a inclusão social dos indivíduos na sociedade não como um mecanismo filantrópico ou assistencialista, mas como um direito de acessar às riquezas e benesses produzidas no seio da sociedade. Trata-se de acesso à educação, moradia, alimentação, saúde, bens culturais e aos meios de alcançar tais fins. A inclusão digital também está relacionada com a aquisição e incremento de conhecimentos específicos para lidar com as tecnologias da informação e da comunicação e também de maquinário adequado para navegar na rede digitalizada. (Leal e Brant, 2012, p.18)

Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Telefônica/Vivo, no segundo semestre deste ano de 2012, mostra como se encontra a situação atual da inclusão digital do Brasil.

O processo engloba o acesso das pessoas a celulares, à internet, telefones fixos e computadores sem conexão com a rede - avança acima da média mundial. De acordo com um estudo feito em 161 países, o Brasil aparece em 72º no ranking, com 51,25% da população considerada incluída digitalmente. A média global é de 49,1%.

O ranking da inclusão digital conta com Suécia (95,8%) e Islândia (95,5%) nas primeiras posições.

Entre os municípios brasileiros, São Caetano do Sul (com 82,60%) e Santos (com 78,19%), em São Paulo, são as duas cidades com o maior índice de inclusão digital no País. Florianópolis é a capital brasileira melhor colocada no indicador, com 77,06% das pessoas incluídas digitalmente.

Porto Alegre aparece em 5º lugar entre as capitais nacionais, mas entre os municípios a capital gaúcha cai para 16º no ranking, com 72,02%. São Paulo aparece em 6º entre as capitais e 19º entre os municípios, com 71,78%. O Rio de Janeiro aparece na 7ª posição entre as capitais, e o 20º entre os municípios, com 71,56%.

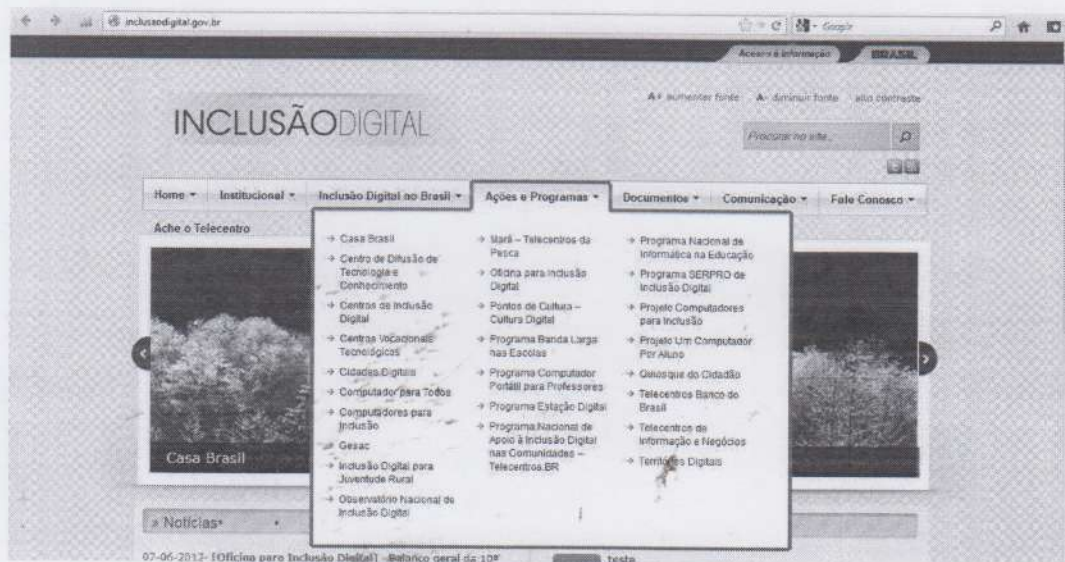
A pesquisa foi realizada com pessoas acima dos 15 anos de idade em 161 países, 5.550 municípios brasileiros, estados, suas capitais e seus distritos e bairros.

Segundo a mesma os principais motivos para exclusão digital são desinteresse (33%) e Incapacidade (31%).

2.3 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL E PROGRAMAS DO GOVERNO

E Já que tratamos de inclusão digital e sua relação com a exclusão social, vale ressaltar a iniciativa do Governo Federal em implantar e apoiar os projetos e ações de inclusão digital, por meio de diversos programas e órgãos.

Imagem2-1 – Lista de ações e programas de inclusão digital.



Fonte: <http://inclusaodigital.gov.br/>

Alguns indivíduos tem o seu primeiro contato tecnológico por meio dessas ações públicas. Segundo o que se pode constatar no site do próprio governo, encontra-se que o governo federal também atua por meio da inclusão digital para que o cidadão exerça a sua participação política na sociedade do conhecimento. As iniciativas nessa área visam garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos.

O desenvolvimento social e econômico de uma nação está fortemente vinculado ao progresso científico e tecnológico e à situação da educação da

população. O conhecimento em ciência e tecnologia é, hoje, um dos principais instrumentos de superação das desigualdades. A difusão e popularização desse conhecimento como meio de promoção à melhoria da qualidade de vida das pessoas é uma iniciativa importante do governo no âmbito das políticas públicas.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), responsável pela condução das políticas nacionais em ciência, tecnologia e inovação, tem trabalhado em sintonia com essas preocupações.

A criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), em julho de 2003, reflete o compromisso do MCT com projetos e ações que possibilitem à população, principalmente aquela excluída do processo econômico e social, usufruir os benefícios gerados pela ciência, tecnologia e inovação.

A difusão de tecnologias para o desenvolvimento social tem como foco contribuir para a melhoria da produtividade de atividades econômicas em comunidades carentes, tanto no meio rural quanto no urbano. No âmbito dessa linha de atuação, o MCT tem procurado em articulação com outras instituições, subsidiar a formulação de programas e políticas para o desenvolvimento e a difusão de tecnologias apropriadas às realidades locais das comunidades.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) está formando um banco de dados de projetos de inclusão digital. Todos os anos, milhares de entidades se inscrevem para participar dos editais de obtenção de equipamentos de informática, o movimento pela instalação de salas com computador e outras ferramentas multimídia cresce no Brasil. O próprio governo se multiplica em iniciativas oriundas de vários ministérios.

Algumas das iniciativas para difundir o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação:

Quadro 2-1: Descrição e dos programas de Inclusão de Iniciativas do Governo

Programa	Iniciativa	Descrição
Casa Brasil	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	Implantação de espaços multifuncionais em comunidades carentes: telecentro, biblioteca, estúdio multimídia, oficina de rádio, laboratório de ciências ou oficina de metarreciclagem, auditório.

Centros Vocacionais Tecnológicos	Ministério da Ciência e Tecnologia	Unidades de ensino e profissionalização direcionados para a capacitação tecnológica, ligadas aos arranjos produtivos locais.
Computador para Todos	Presidência da República	Oferta de computador e acesso a internet a preço subsidiado e com linha de financiamento, além da isenção de impostos.
Computadores para a inclusão	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Recondicionamento de computadores usados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante, num programa que vai distribuir os equipamentos a escolas, telecentros e bibliotecas.
Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão	Ministério das Comunicações	Conexão via satélite para escolas, telecentros, ONGs, comunidades distantes e bases militares.
Pontos de Cultura	Ministério da Cultura	O programa Cultura Viva trabalha em dois eixos: 1) político, para apoiar a apropriação de tecnologia e abrir canais de expressão para a população de excluídos; e 2) econômico, para ocupar os postos de trabalho e gerar mais renda. Os pontos de cultura levam atividades de preservação dos bens culturais e recursos para a inclusão digital.
Quiosque do Cidadão	Ministério da Integração Nacional	Doação, pela Receita Federal, de computadores para telecentros localizados em bibliotecas.
Telecentros de	Presidência da	Instalação de telecentros em

Pesca Maré	República	comunidades de pescadores.
Banda Larga nas Escolas	Ministério da Ciência e Tecnologia	Recondiciona equipamentos de informática e os distribui para iniciativas de inclusão digital de todo o Brasil.
Telecentro	Ministério da Ciência e Tecnologia	É um centro de acesso público onde se oferece serviços de comunicação e se utilizam as TICs para as necessidades da comunidade. São instrumentos importantes para diminuir as desigualdades econômicas, sociais e políticas, como elementos das políticas públicas de inclusão digital.

Fonte: UNESCO – Tecnologia, Informação e Inclusão 2008 (adaptado)

Em relação à difusão e popularização da informação, pode-se destacar algumas outras ações importantes.

Por exemplo:

Semana Nacional de C&T, que acontece no mês de outubro. O evento, instituído por meio de Decreto Presidencial de 9 de junho de 2004, tem como meta principal estimular o interesse de alunos dos ensinos fundamental e médio pela ciência envolvendo mais universidades, escolas, instituições científicas e tecnológicas e organizações não governamentais. (Rezende. 2005. p.6)

A **Oficina para Inclusão Digital** é um evento anual realizado pelo Governo Federal e parceiros que busca reunir tanto agentes públicos quanto a população atuante em espaços que oferecem o acesso às tecnologias da informação, para o debate da configuração atual e de novas propostas para a política de inclusão digital no país.

Realizada desde 2001, por ser um espaço de discussão de políticas públicas, estratégicas e diretrizes de ações que promovam a apropriação das tecnologias digitais pela população, a OID (Oficina para Inclusão Digital) tem como eixo fundamental a inclusão social. Além dos envolvidos diretamente com as TICs, o

evento também é aberto a todos os interessados que buscam maiores informações ou até mesmo àqueles que buscam aprimorar seus conhecimentos práticos na área, uma vez que a oficina além das plenárias, palestras e debates, conta também com oficinas práticas. O evento também disponibiliza, em sua estrutura, uma área montada com computadores e acesso à internet para o uso pelos participantes.

2.4 TELECENTRO

Uma das mais claras definições dadas a Telecentro foi encontrado no site governamental do estado do Rio Grande do Sul, que diz:

“É um espaço de universalização do acesso aos recursos tecnológicos e de capacitação de pessoas para o uso dos computadores e da Internet, além de se constituir num ambiente de comunicação e informação para uso das comunidades. Por conceito, o Telecentro tem finalidade social, constituindo um local de livre acesso da população com equipamentos conectados à internet, através dos quais poderá ser disponibilizada uma série de serviços, contando também com uma programação permanente de atividades para atrair o interesse nas possibilidades do mundo virtual e, desta forma, incorporar a mudança cultural nos hábitos da comunidade, fazendo com que a mesma reverta em qualidade de vida.” (Rede TelecentrosRS, 2012).

2.5 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TELECENTRO NO BRASIL

Segundo Darelli, (2002), a ideia nasceu nos países nórdicos como programa de inclusão digital e acessibilidade tecnológica à população em geral. Os programas surgiram na Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia em 1985 e, em 1991, já somavam mais de 100 “Centros de Teleserviços Comunitários” - CTSC (Community Teleservice Center), como eram conhecidos. Além desses locais, eles também foram instalados em outros países como a Escócia, Irlanda e Canadá.

Após pesquisas e estudos, para identificar a melhor cidade-pólo onde se pudesse dar início ao projeto telecentro a nível nacional, constatou-se que o município de Brusque - SC oferecia as condições ideais para a implantação do projeto piloto do telecentro. Tanto pela receptividade positiva, por parte das autoridades locais, como pelo incentivo e empenho de entidades públicas e privadas, o projeto piloto passou a ser viável. Por isso, o projeto piloto passa a chamar-se, telecentro/BRUSQUE. (Darelli, 2002, p. 23)

Como nos mostra Darelli, (2002, p. 10), "Historicamente no Brasil, em 1992 foi inaugurado o primeiro *Telecentro* da América Latina, na cidade de Brusque, em Santa Catarina, se tornando um dos primeiros projetos de inclusão digital do Governo Federal".

Sendo assim, o projeto telecentro/BRUSQUE, inaugura uma configuração de referência, que poderá ser seguida por outros telecentros.

Após toda essa explanação das iniciativas do poder público, dando foco, nos Telecentros, pois é ele o modelo central dos demais projetos. Dessa forma tornam-se um campo rico de estudo. Partindo-se do pressuposto que são estruturas com recursos tecnológicos, facilitadores na busca, tratamento e recuperação de informação, proporcionando um espaço de interações sociais e permitindo o desenvolvimento de práticas informacionais, tudo isso justifica o seu estudo dentro da Inclusão Social. Como esse tipo de estrutura pode se transformar em um mecanismo de mudanças e mobilização social de grandes massas populacionais.

Com a ajuda dos telecentros as pessoas podem adquirir conhecimentos de informática e aprimorar suas capacidades de comunicação e interação com a demanda de informação produzida pelo mundo contemporâneo. Tendo como maior fim democratizar o acesso à tecnologia, nesses espaços as pessoas tem acesso à internet de forma gratuita, em geral contando com a ajuda de orientadores que os auxiliam, além de cursos profissionalizantes.

Imagem 2-2 Logotipo Telecentro.BR



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Telecentro>

Imagem 2-3 Logotipo Telecentro Comunitário



Fonte: <http://dansystem.com.br>

2.6 PREMISSAS DO PROJETO DOS TELECENTROS:

- Inserção do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de ferramentas de TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação, visando a redução da exclusão digital e social;
- Implantação de Telecentro como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, bem como com o Poder Público, por meio dos Portais de Governo Eletrônico;
- Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital para todo o público alvo.

2.7 ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NOS TELECENTROS

Entre as diversas atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito da inclusão digital pela comunidade local, no *Telecentro*, em destaque as seguintes:

- Uso livre dos equipamentos;
- Acesso à internet;
- Cursos de informática básica;
- Curso de navegação na Internet;
- Uso preferencial de softwares de plataforma aberta e não proprietária, conforme as diretrizes do Governo Federal;
- Realização de oficinas de capacitação e oficinas diversas que possam utilizar as TICs disponíveis no Telecentro;
- Produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações);
- Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento;
- Oficinas de alfabetização digital.

Telecentros existem em praticamente todos os países, embora às vezes recebam nomes diferentes, como: Vilas do Conhecimento, Infocentros, Centros

Comunitários de Tecnologia (CCTs), Centros Comunitários de Multimídia (CCMs), Telecentros Multifuncionais da Comunidade (TMCs) ou Telecentros Escolares).

As iniciativas são valiosas, modificam o contexto de vida das pessoas. As crianças não ficam nas ruas, os que transitam pela região central da cidade têm um ponto de apoio no uso dos computadores, as comunidades ensaiam seus primeiros passos de inclusão social.

2.8 NÚMEROS ATUAIS DOS TELECENTROS

Segundo a comunicação social do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), foi divulgado no segundo semestre de 2012, através do seu site novos números dos telecentros:

Estão em funcionamento 462 unidades no Brasil e dez no exterior, em países como Haiti, São Tomé e Príncipe, Cuba, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Ao todo, foram doadas cerca de 5 mil máquinas.

No mês de julho, o Programa Serpro de Inclusão Digital (Psid) instalou cinco novos Telecentros Comunitários, três sob a responsabilidade da Regional São Paulo, um da Regional Belo Horizonte e um de Porto Alegre. Já em agosto, foram instaladas mais cinco unidades em São Paulo, havendo a previsão de entrega de outras nove unidades no Estado.

A comunidade Jovem Caminhar, na cidade de São Paulo, é uma entidade que ministra cursos a jovens carentes. Com o telecentro recém inaugurado, alunos, familiares e moradores vizinhos poderão ter acesso a tecnologias de informática e comunicação. Já as comunidades de Mutinga, em Barueri, e Rocinha, no bairro de Jardim Porá, na capital paulista, também passaram a contar com uma unidade cada. (Programa Serpro, 2012).

Em uma parceria com a Prefeitura de Arroio do Padre, a Regional Porto Alegre implantou, no dia 16 de agosto de 2012, um telecentro na área rural, onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Benjamin Constant. Lá foram doados 12 equipamentos, que atenderão a cerca de 20 pessoas por dia, entre alunos, professores e integrantes da comunidade em geral, formada basicamente de pequenos agricultores. (Programa Serpro, 2012).

Na cidade do Rio de Janeiro estavam previstas três inaugurações para setembro, todas localizadas em comunidades carentes.

Também em fase de tratativa está uma parceria com a Convenção Batista Brasileira (CBB) para a implantação de diversos telecentros para ministrar cursos técnicos em diversas localidades do Brasil onde a CBB tem ação. (Programa Serpro, 2012).

Esses são os números dos telecentros de iniciativas da Psid, juntamente com os Espaços Sepro Cidadão e as Oficinas de Inclusão Social. (Programa Serpro, 2012).

Vale lembrar, como já mencionamos anteriormente que existem diversos outros órgãos e iniciativas de instalação e propagação de modelos de telecentros.

3 METODOLOGIA

Foi feita uma abordagem discursiva, portanto tratando de um estudo descritivo, sobre a inclusão social e a inclusão digital.

O objetivo foi analisar os esforços realizados e as experiências consolidadas de telecentros em nível nacional, via literatura e levantamento bibliográficos, a partir de portais de telecentros, documentos produzidos pelos telecentros, e de informações provenientes de eventos realizados sobre esta temática.

4 DESENVOLVIMENTO

Foi primeiramente feita uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas propostos para o estudo, tais como, Inclusão Digital, Inclusão Social e programas de iniciativas do governo para a inclusão com foco nos Telecentros.

Seguidamente uma explanação das iniciativas e realidades dos telecentros para sociedade atual, mostrando de forma contundente que o telecentros é um meio eficaz de envolver o cidadão ao tempo globalizado e moderno em que vivemos, onde uma após a outra muitas são as iniciativas tomadas para tal ação.

Foi mostrado que o governo tem interesse e promove diversos eventos e ações, invista da inserção do cidadão ao mundo digital, fazendo com que toda a sociedade e o país saia ganhando, elevando a nação a uma realidade de justiça e igualdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de observarmos os aspectos abordados em relação às questões que dizem respeito à promoção da Inclusão Social por meio da Inclusão Digital, podemos concluir o quanto é evidente a impossibilidade de que esse objetivo seja alcançado sem uma rede interligada de investimentos na educação básica nas escolas. Pois está claro que se o cidadão não tem acesso a boas condições onde possa desenvolver suas aptidões com leitura e escrita, muito dificilmente conseguirá manipular satisfatoriamente as ferramentas tecnológicas disponíveis em laboratórios de informática espalhados pelo país.

E isso se dá porque incluir uma pessoa digitalmente, como já foi dito, não simplesmente lhe dar acesso a um computador com acesso a Internet, mas sim lhe dar condições de usufruir das inúmeras possibilidades de crescimento cultural e profissional – para citar apenas duas – que o uso consciente da tecnologia pode promover.

Há muitas atividades de inclusão digital em curso no país, muitas delas de excelente qualidade e de abrangência significativa, como os *Telecentros*, instrumentos viáveis para o processo de inclusão. Mas o desafio da inclusão digital (especialmente se acoplado, como se sugere enfaticamente acima, ao de inclusão social) é de tal magnitude, que somente a ação do governo federal pode realmente fazer uma diferença decisiva.

Assim, este trabalho é concluído com a perspectiva de que os estudos e iniciativas de promoção a Inclusão Digital se alinhem num mesmo discurso, a alcançar as necessidades de conhecimento tecnológico da sociedade atual, possa promover a inclusão social que a população tanto precisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Inclusão Digital no Brasil está acima da média. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

CDI Internet Comunitária, Santa Catarina. Disponível em: <http://cliquefuturo.org.br/?page_id=882>. Acesso em: 03 nov. 2012.

DARELLI, Lúcio. Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro. Florianópolis. 2002.

DUARTE, Murilo. Universidade Federal da Paraíba. A Importância do Telecentro para Inclusão Digital do Município de Boa Ventura-PB. Paraíba. 2012.

FONTINATE, Maria. Planeta Educação. Inclusão Digital. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2036>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

Inclusão Digital. <Disponível em: <<http://inclusãodigital.gov.br>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

LEAL, Sayonara; BRANT, Sandra. Políticas de inclusão digital no Brasil: a experiência da formação dos monitores dos telecentros GESAC. Rio de Janeiro. 2012.

MAPA DA INCLUSÃO DIGITAL. FGV/TELEFÔNICA. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/telefonica>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

MINI AURÉLIO. Minidicionário da Língua Portuguesa. Paraná. Editora Positivo. 1993.

Oficina para Inclusão Digital. Disponível em: <
<http://oficina.inclusaodigital.gov.br>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

Programa Serpro de Inclusão Digital. Disponível em: <
<https://www.serpro.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

Rede TelecentrosRS. Popularização das tecnologias de informação e
comunicação. Disponível em: <
<http://www.telecentros.rs.gov.br/telecentros.html>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

REZENDE, Sérgio. PROGRAMAS DE GOVERNO – Conhecimento e Inclusão
Social. Brasília. 2005.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de
Janeiro. 1997.

SEPRO. Serviço Federal de Processamento de Dados. Disponível em <
<https://www.serpro.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

UNESCO. Tecnologia, Informação e Inclusão. Acesso as novas tecnologias.
Vol. I. N°. 4. 2008.

Wikipédia. Telecentro. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Telecentro>>.
Acesso em: 12 nov. 2012.

ANEXO

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

A IMPORTÂNCIA DO TELECENTRO PARA INCLUSÃO DIGITAL DO
MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB

Por Murillo Alvarenga Duarte, Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Economia, 2012.

"O Telecentro proporcionou à população boaventureense a aquisição de conhecimentos relativos às novas tecnologias da informação, esse fato provocou um melhor desempenho escolar nos alunos e um melhoramento, ainda que pequeno nas condições de vida do público que participa deste programa, inclusive o de baixa renda, que não possui recursos próprios para usufruir desses benefícios que o mundo digital oferece."

Depoimentos de alguns alunos participantes do projeto:

- *"Participar do telecentro me ajuda muito na escola, nas matérias mais difíceis" (J.C, 16 anos).*
- *"Aqui tive a oportunidade de usar pela primeira vez um computador. Ainda tenho dificuldade, mas já penso em comprar um, pois posso ler as notícias de todo o estado" (S.S, 32 anos).*
- *"Trouxe ganho sim. O menino do sindicato agora leva as listas de presença digitadas pras reuniões" (M.V, 25 anos).*
- *"Depois que fiz o curso no telecentro, consegui meu primeiro trabalho, foi no mercadinho, como caixa" (S.S, 19 anos).*

CDI INTERNET COMUNITÁRIA

CDI Internet Comunitária (também denominados de **CDI Telecentro**) é um espaço de acesso continuado às Tecnologias da Informação e Comunicação (computadores, impressora, internet) em comunidades de Florianópolis.

Neste sábado, 7 de julho de 2012, às 9h30, no Centro de Reciclagem Tecnológica – CERTEC, ocorre a formatura de alunos de Informática e Cidadania de doze comunidades da Grande Florianópolis: Barreiros, Monte Cristo, Capoeiras, Jardim Atlântico, Abrahão, Centro, Morro das Pedras, AFLODEF, Carianos, Saco Grande, Palhoça e Ponte do Imaruim. O projeto realiza a formatura de 256 alunos, que terminaram o curso sem qualquer pagamento financeiro à ONG e com o apoio de diversas empresas e instituições.

Ao longo dos 10 anos do Comitê, mais de 10 mil pessoas foram beneficiadas com os programas de capacitação em informática e cidadania e, em 2012, mais de 1.500 pessoas utilizam o CDI internet comunitária Telecentros mensalmente. Para o presidente Heitor Blum S.Thiago a meta é que 1.200 pessoas se formem pelos cursos do CDI-SC até o final deste ano: “É um projeto de transformação de vidas através da tecnologia, com a realização de cursos e oficinas na própria comunidade em que vive o aluno.”, explica o diretor-presidente do Comitê.